

MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA PUC-RIO: O PAPEL DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES ENTRE OS ANOS DE 1977 E 1981.

Aluna: Juliana Cordeiro de Farias
Orientadora: Margarida de Souza Neves

Relatório Técnico.

Introdução.

A PUC-Rio desde a sua origem é uma universidade voltada para a pesquisa. É também uma das universidades pioneiras no que diz respeito à pós-graduação no Brasil. A PUC-Rio busca, em sua história, a excelência e a inovação acadêmica na área de ensino e pesquisa. Estes são traços de suas atividades tanto no que diz respeito à graduação quanto à pós-graduação.

Consciente da importância de construir uma memória institucional para a formulação de projetos futuros desta Universidade, a Vice-Reitoria Acadêmica criou, em 2006, o Núcleo de Memória da Pós-Graduação e da Pesquisa na PUC-Rio, cujos objetivos iniciais eram pesquisar, recolher, selecionar, sistematizar, cadastrar e publicar em seu *site* (<http://www.ccpq.pucrio.br/memoriapos>) registros da memória da Universidade, que, até então, estavam dispersos nos vários acervos dos departamentos ou mesmo em acervos privados. A relação entre graduação e pós-graduação, ensino e pesquisa nesta universidade revelou a necessidade de ampliação do projeto e seus objetivos. Em 2008, o Núcleo original tornou-se o *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

O acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio* é dinâmico, em constante atualização, plural e descentralizado. O Núcleo assume a feição de um **lugar de memória**, no sentido que tal conceito ganha na formulação do historiador Pierre Nora [1], ou seja, no tríplice sentido de ser um **lugar físico** de construção da memória, um **lugar cuja função** é fazer memória e um **lugar simbólico** da memória institucional da Universidade.

Através dos seus diferentes usos e serviços voltados à comunidade acadêmica, o *Núcleo de Memória* é reconhecido institucionalmente como **lugar de memória** da Universidade, servindo de referência para toda a PUC-Rio e para os demais pesquisadores.

O presente Relatório Anual descreve as atividades desenvolvidas pelos bolsistas do *Núcleo de Memória da PUC-Rio* do período de 01 de maio de 2008 a 31 de maio de 2009. O Núcleo, sob a coordenação da professora Margarida de Souza Neves e da pesquisadora Sílvia Ilg, conta com uma equipe composta pelo assistente técnico Clóvis Gorgônio, pelo fotógrafo Antônio Albuquerque e pelos bolsistas de Iniciação Científica Anna Koscheck, Eduardo Gonçalves, Juliana Cordeiro de Farias e Luciana Santos.

O Relatório se divide em duas partes: a primeira, o Relatório Técnico, de caráter descritivo, apresenta as atividades realizadas pelo grupo de pesquisa como um todo e as contribuições pessoais de cada um para o Núcleo; a segunda parte, o Relatório Substantivo, apresenta um texto consolidando o trabalho de cada pesquisador até o momento.

Atividades da equipe:

A participação da equipe no Projeto pressupõe tarefas principais como:

01. Localização e registro de documentação escrita, iconográfica, filmográfica, registros sonoros e documentos tridimensionais diretamente e indiretamente relacionados ao tema do Projeto nos acervos da PUC-Rio;
02. Seleção, coleta e tratamento do material documental;
03. Consulta a professores, pesquisadores, ex-alunos e funcionários administrativos para coleta e aferição de documentos e informações pesquisadas;
04. Identificação de fotografias coletadas e selecionadas para cadastro no acervo;
05. Catalogação e sistematização do material documental através de digitalização e cadastro de metadados no acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
06. Produção de roteiros de entrevista;
07. Produção de entrevistas orais em suporte áudio-visual;
08. Transcrição de entrevistas para suporte texto (digital);
09. Realização de seminários internos com a participação do grupo de pesquisadores para discussão de textos teóricos sobre os conceitos de Cultura, Memória, Identidade e História Oral e sobre temas como História da Pós-Graduação e da Pesquisa no Brasil;
10. Realização de reuniões técnicas semanais com a participação do grupo de pesquisadores tendo como principais objetivos sistematizar a agenda de tarefas semanais, trocar experiências sobre o cotidiano das visitas feitas aos acervos pesquisados, das entrevistas e demais trabalhos realizados nos Departamentos, Centros, Decanatos, Vice-Reitorias e Reitoria da PUC-Rio, e para sanar as dúvidas que possam surgir sobre as rotinas de trabalho do Projeto;
11. Publicação do acervo através do *website* Núcleo de Memória da PUC-Rio e da Agenda PUC-Rio;
12. Produção e edição de conteúdo, textos e imagens, para publicação no *website* Núcleo de Memória da PUC-Rio e na Agenda PUC-Rio;
13. Manutenção e atualização do *website* institucional do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*;
14. Atendimento a solicitações, via mensagem eletrônica, telefônica e presencial, quanto à pesquisa no acervo, cessão e autorização de uso de documentos do acervo e perguntas sobre temas abordados pelo acervo. As consultas, internas e externas a PUC-Rio, são respondidas diretamente pela equipe ou encaminhadas aos setores responsáveis;
15. Cópias em mídia digital dos documentos solicitados pelos diversos setores da universidade e externos a ela;
16. Outras atividades.
 - 16.1. Conferência de abertura da Semana de História da PUC-Rio, realizada em 01/09/2008, ministrada pela professora Margarida de Souza Neves, cujo título era *Memória e Esquecimento*.
 - 16.2. Palestra intitulada “A trajetória do Núcleo de Memória da PUC-Rio – 2006-2008” realizada pela equipe do Núcleo de Memória no I Fórum de Centros de Memória da Faetec, ocorrido, em dezembro de 2008, na Escola Martins Pena;
 - 16.3. Apresentação da primeira monografia utilizando o acervo de imagens do Núcleo de Memória. Esta foi defendida pelo pesquisador Eduardo Gonçalves, em 04/12/2008, no Departamento de História da PUC-Rio;
 - 16.4. Edição e lançamento da Agenda PUC-Rio 2009, produzida pelo *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, durante a Assembleia Universitária, presidida pelo Reitor Pe. Jesus Hortal, S.J., no Auditório do RDC, em 17/12/2008;

16.5. Seminário da professora Margarida de Souza Neves para a equipe do Núcleo de Memória da PUC-Rio sobre a peculiaridade do trabalho com fotografias, em 28/01/2009;

16.6 Atualização do quadro de visitas e atividades localizado na sala do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, em setembro de 2008;

16.7 Pesquisa e atualização de dados para as cronologias sobre a PUC-Rio e seus departamentos, em junho de 2009;

16.8. Pesquisa desenvolvimento do site Ano Dom Helder Camara na PUC-Rio, produzido pelo Núcleo de Memória da PUC-Rio. Lançamento no Auditório AMEX-IAG, em 19/06/2009.

Atividades Individuais: Juliana Cordeiro de Farias

No período que compreende este relatório (agosto de 2008 a agosto de 2009), realizei as seguintes atividades abaixo:

1. Visitas a acervos da PUC-Rio:

As visitas foram realizadas com o intuito de coletar material para a construção da memória da universidade. O material encontrado e considerado relevante é digitalizado e passa a fazer parte do acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

- Coordenação Central de Graduação (CCG);
- Decanato do Centro de Teologia e Ciências Humanas (CTCH);
- Departamento de Artes e Design (DAD);
- Departamento de Economia (ECO);
- Departamento de Engenharia Civil (CIV);
- Departamento de Engenharia Mecânica (MEC);
- Departamento de Engenharia Metalúrgica (DCMM);
- Departamento de Matemática (MAT);
- Departamento de Química (QUI);
- Departamento de Sociologia e Política (SOC);
- Escritório Modelo de Arquitetura e Design;
- Fundação Padre Leonel Franca;
- Instituto de Administração e Gerência (IAG);
- Núcleo de Estudos e Ação Sobre o Menor (NEAM);
- Projeto Comunicar;
- Retórica.

Depois de realizada cada visita, o quadro com os nomes dos departamentos, afixado na sala do Núcleo (302-K), é atualizado, com o intuito de manter em dia as frentes de trabalho que estão ocorrendo. É necessário também descrever cada visita feita e os documentos vistos, informando se estes foram ou não digitalizados e acrescentados ao acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*. Estes relatos encontram-se em pastas referentes a cada departamento. Abaixo, encontra-se a lista de documentos encontrados no Departamento de Ciências Sociais, no dia 29 de outubro de 2008.

Lista de Documentos do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio

Data: 29/10/2008

Local: V. Diretórios, XVIII

Pesquisadoras: Anna Koscheck e Juliana Cordeiro de Farias

Folheto explicativo do Departamento de Sociologia, contendo: O Departamento (breve história); Perfil do Profissional; Área de Atuação; Sociologia; Ciência Política; Antropologia (contém o enfoque de cada uma dessas disciplinas). Sem data. (Digitalizado)

Folheto “Conversas Afiadas”. Curso de Leituras Transdisciplinares, promovido pelo Departamento de Letras, organizado por Lucelena Ferreira e coordenado pela prof. Eliana Yunes. Os debatedores foram os professores: Júlio Diniz (LET), Santuza Naves (SOC), Antônio Edmilson (HIS), Gustavo Godofredo (JUR), Heloísa Nogueira (ADM) e Vera Souza Lima (LET). O evento ocorreu nos dias 07, 21 e 28 de outubro, mas não há o ano. (Digitalizado)

Cartaz “Fórum sobre Educação e Cidadania Afro-Descendente”. O evento ocorreu no Auditório Padre Anchieta, no dia 12/05/2003. (Digitalizado)

Jornal de Ciências Sociais. Número zero. Junho de 2000. (Digitalizado)

Folheto de Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu do Departamento de Sociologia e Política, em colaboração com o CCE. O curso teve duração de dois semestres. Coordenadores: Eduardo Raposo e Marcelo Baumann Burgos. Ano: 2001. (Digitalizado)

Capa do Jornal “Idéias Sociais”. Número um. Julho de 1998. (Digitalizado)

Cartaz sobre encontro sobre memória e história dos afro-brasileiros e afro-norte-americanos: “Resistência e Inclusão”. O evento ocorreu no Auditório do RDC nos dias 25 e 26 de Novembro de 2002. (Digitalizado)

Notícia sobre o II Encontro Nacional dos Cursos e Departamentos de Ciências Sociais, que contou com a presença do Departamento da PUC-Rio, contendo: A Luta Pela Legalização e Implantação das Ciências Sociais no Ensino Médio; as Ciências Sociais no Vestibular; o que Ensinar e Como Ensinar Ciências Sociais no Nível Médio. O evento ocorreu nos dias 17 e 18 de abril, mas não há o ano. (Digitalizado)

2. Entrevistas e transcrições:

- Antes de cada entrevista, elaborei um roteiro de perguntas para me guiar durante a gravação do depoimento oral.
- Entrevista com professores que participaram da criação do Curso de Arquitetura, Fernando Betim Paes Leme e Luiz Fernando Martha, em 03/10/2008;
- Entrevistas com o coordenador Central da Graduação, Alfredo Jefferson de Oliveira, em 26/11/2008 e 06/12/2008;
- Entrevista com o ex-aluno Juliano Serra Barreto em 11/03/2009;
- Entrevista com o professor do Departamento de História Marcelo Jasmin, em 23/06/2009;

- Transcrição das entrevistas feitas com a professora Ilza Autran do Departamento de Educação; com Fernando Betim e Luiz Fernando Martha do Curso de Arquitetura; com Alfredo Jefferson, coordenador Central da Graduação; com Sônia Camargo.

- Revisão das entrevistas com Antônio Albuquerque; Ana Tepedino; Raul Rosas.

Vide o exemplo abaixo:

Trecho da transcrição da entrevista com Ilza Autran feita por Silva Ilg no Departamento de Educação em 06 de março de 2008.

Ilza Autran – Foi do tempo [da Alicia?] aqui na PUC. Em princípio, eu gostaria até de escrever a conversa. Deixar registrado, não é? E aí houve essa coincidência. Quer dizer, a Alice sugeriu: “Por que você não escreve, então, um documento?”

Sílvia Ilg – Exatamente. Seria, inclusive, um depoimento que nós publicaremos no site, compõe o acervo do departamento e da universidade. Mas, então, professora Ilza, a senhora poderia dizer o seu nome completo e contar um pouquinho sobre sua história na PUC... A formação...

Autran – Claro, com todo o prazer. O meu nome é Ilza Maria Ferreira Pinto Autran. Quando eu entrei aqui na PUC, em 1973, março de 1973, há 35 anos, era Ilza Maria Ferreira Pinto. Era o meu nome de solteira. Depois foi acrescentado o Autran quando casei, em 1980. Então, como foi que eu cheguei à PUC? Fui professora primária, não é? Fiz Normal no [Instituto?] de Educação, como todas as moças da minha geração. Depois, eu fiz o curso de Psicologia na UFRJ. E quando estava no quarto ano do curso de Psicologia, eu me transferi para uma universidade americana. Uma universidade alemã em [Champaign Urbana?]. E lá chegando, havia o campo principal e o campo secundário. Então, o campo principal ficou sendo Psicologia. E o campo secundário eu escolhi, então, Educação Especial porque havia um departamento de Educação Especial, havia... A universidade recebia muitos alunos que queriam fazer essa formação, recebia também alunos com necessidades educacionais especiais, que, na época, eram chamados de alunos excepcionais, não é? Porque tinham algum tipo de diferença física, anatômica. E, enfim, era uma universidade que investia muito nisso. Algum centro de pesquisa... E eu já tinha um trabalho no estado da Guanabara – no antigo estado da Guanabara – com professores, porque eu era estagiária de psicologia, com deficientes, não é? Em uma Instituição chamada Instituto de Educação do Excepcional, na Tijuca. Essa instituição existe ainda hoje com outro nome. Conclusão, feito isso... Acabei a graduação, fiz mestrado... no momento de optar pelo Mestrado, em vez de Psicologia, eu escolhi Educação Especial. Na época, sem saber de qualquer curso que estivesse sendo feito aqui no Brasil, não é? Muito mais por interesse meu e por minha [vinculação?] com o IEXE, que era a sigla dessa instituição estadual. E todos os trabalhos que eu fiz no Mestrado foram voltados para a realidade dessa Instituição, porque o meu objetivo era voltar para lá e aplicar o que eu tivesse aprendido. E assim aconteceu. Só que, um detalhe: Em uma das festas de despedida, quando eu já estava me despedindo para voltar, um colega pergunta: “Você já tem algum emprego no Brasil”, eu disse: “Tenho, no estado”. E ele disse: “Mas só no estado? Você não tem nenhuma universidade que você pense em...”, e eu disse: “Não, eu saí estudante, não é? Estou voltando com um mestrado”. Isso foi em 1972, os mestrados estavam começando aqui no Brasil, havia pouquíssimos... E eu, então, segui a sugestão dele de

escrever uma carta para o Consulado do Brasil, no caso o mais próximo era em Chicago, colocando a minha, enfim, história, o meu pequeno currículo, e dizendo, então, quando eu voltaria e para onde, sabendo se havia alguma necessidade. E eles responderam prontamente, dizendo que, lamentavelmente, não sabiam de nenhuma necessidade, mas que encaminhariam a minha carta para o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, CRUB, que eu nem sabia que existia, claro, naquele momento. E esqueci. E voltei ao Brasil em mais ou menos abril, maio de 1972. E qual não foi a minha surpresa! Cheguei em uma sexta-feira, e, na segunda, começaram a pipocar os telefonemas para a casa da minha mãe, onde eu havia colocado como endereço e telefone de contato, não é? Me chamando para entrevista, enfim, para conhecer o trabalho que eu tinha feito, que gostariam de me aproveitar. E o primeiro telefonema foi exatamente o da PUC [risos]. Então, na segunda-feira às oito da manhã, na segunda seguinte a minha chegada, ligaram. E aí eu tive a surpresa de saber que tinham criado o curso, a formação do Educador Especial. Eu não tinha a menor idéia! Eu, na minha vida inteira, estudei em instituição pública. Inclusive, na universidade. Não tinha nenhum contato com a PUC. Havia vindo à PUC uma única vez antes da viagem. E foi uma surpresa, não é?

Sílvia – O contato foi feito pelo, na época, já era Departamento de Educação...

Autran – Já, já era Departamento de Educação.

Sílvia – Quem fez esse primeiro contato?

Autran – Olha, eu não me lembro pessoalmente o nome da pessoa.

Sílvia – Não foi alguém que depois você teve um contato como professora?

Autran – Ah, sim! Na época, quem dirigia o departamento era a professora Vera Candau, que ainda está conosco. Quer dizer, não foi a Vera, mas foi alguém... Possivelmente a coordenadora da Educação Especial, que na época chamava-se Helena Maria Gomes. Certamente foi a Helena Maria, sim. E quando eu fui admitida era a Vera. Fui admitida na gestão da Vera Candau como diretora, isso em 1973. Isso era em 1972, e eu fui chamada aqui para uma entrevista. Então sugeriram que... Quer dizer, naquele ano não havia possibilidade de contratação. Era uma das primeiras dificuldades, crises, enfim, financeiras da PUC. Mas, então, pediram que... Sugeriram que eu desse um curso de extensão, pela CCE, e, no ano seguinte, fariam as tramitações todas necessárias para que eu fosse admitida no ano seguinte. Foi o que aconteceu. Nesse meio tempo, eu fiz outras coisas, não é? Assumi o Estado, dei aula na [Universidade] Santa Ursula, no segundo semestre de 1972.

Sílvia – Nesse momento, havia alguma relação institucional do curso na PUC e a Santa Ursula? Porque existem vários momentos em que... Às vezes, até um curso era realizado lá no campus...

Autran – Não, não, foram coisas independentes. Independentemente, quer dizer, recebi contato, quer dizer, cartas da UFRJ, da UERJ, da Santa Ursula... E aí, por uma questão de ajuste, eu... Em agosto, a necessidade deles era de um professor para substituir um outro que não havia dado certo... Porque na época era obrigatória nos cursos de Psicologia... No currículo

mínimo do curso de Psicologia, havia um ano de Psicologia do Excepcional. Ou Psicologia do Excepcional, ou Pedagogia Terapêutica, também era um nome... Então, eu fui dar aula na Santa Ursula, mas não. Não tinha nada a ver, era uma coisa separada da outra. Nem foi aqui pela PUC que eu soube da necessidade de lá. Mas, então, eu cheguei a fazer a proposta desse curso para CCE, mas nem chegamos a levar adiante porque eu estava chegando, e estava assumindo esse compromisso com essa outra instituição. E achei que era melhor... Já tinha o meu compromisso no Estado, estava fazendo uma adaptação Rio - São Paulo também. Havia uma possibilidade de ir até São Paulo... Então, eu achei melhor não abraçar o céu e a terra, ficar mais moderada. Em 1973, então, voltei à PUC... Vim outras vezes aqui conversar com a Helena Maria, então fiquei sabendo do porquê da criação do curso. Quer dizer, o que havia acontecido nesse tempo... Exatamente em 1969, houve um parecer do... Eu acredito que do Conselho de Educação... Não me lembro, não sei se tenho escrito. Chamava-se parecer 252/69. 1969 era o ano. Parecer 252 de 69.

Sílvia – Do Conselho Nacional de Educação.

Autran – Eu acredito que sim. Isso depois nós podemos confirmar, nós temos esse material. Em que se possibilitava a criação da habilitação de Educação Especial nos cursos de Pedagogia. E a PUC, então, foi a primeira universidade no Brasil a fazer, a bancar essa formação. E aí também tem uma outra historinha, que eu acho interessante nós lembrarmos, porque não ficou nada escrito disso. É que havia, no Departamento de Psicologia, exatamente por essa exigência do currículo mínimo, não é? Essa disciplina era dada na formação do psicólogo aqui na PUC também. Assim como era na Santa Ursula, aqui na PUC também. Quem dava aqui na PUC era uma psicóloga chamada Olívia Pereira, que tinha vindo da PUC de São Paulo para a PUC do Rio. Dona Olívia, como nós carinhosamente a chamávamos, era uma pessoa já mais velha. Enfim, muito pioneira na área, lutadora, batalhadora, guerreira... Dona Olívia trabalhava também na [Pestalozzi?] e via que a equipe que trabalhava com o “excepcional” na [Pestalozzi?] era composta por médico, psicólogo, assistente social que tinham formação universitária. E o pedagogo não tinha formação universitária, tinha formação de Normal, ou um cursinho que fazia na própria [Pestalozzi?] ou em alguma outra instituição. E o grande sonho da dona Olívia era formar o professor de Educação Especial em nível de terceiro grau, na universidade. Quando ela viu a brecha nesse parecer, ela disse: “é agora ou nunca”. E correu aqui ao Departamento de Educação para ver da viabilidade disso. Isso era em 1969, eu estava indo para os Estados Unidos nessa época, não sabia absolutamente disso. Quem era diretor, então, do departamento, na época, era o professor Carmelo, que acabou de passar aqui, eu não sei se você o conhece. E o Carmelo comprou a briga, resolveu bancar a essa habilitação. Naquele momento, estava havendo uma mudança, um novo perfil do curso de Pedagogia, que era o curso “Formando Especialistas”. O Orientador Educacional, Supervisor Escolar, o Administrador Escolar... E aí, no caso da PUC, foram acrescentadas duas áreas: a área de Educação Especial, ou seja, a formação do professor para trabalhar com o diferente – no caso, o deficiente mental basicamente, foi a opção, porque era a experiência da Olívia –; e a Tecnologia Educacional. E aí muito por influência da Vera e da equipe dela, essa área foi criada também, a formação do tecnólogo educacional. E no caso da Educação Especial, eu tenho certeza, a PUC foi pioneiríssima no Brasil, e eu acho que a tecnologia também, mas isso é uma coisa a ser pesquisada com a Vera.

Sílvia – Isso é uma informação importantíssima na trajetória do Departamento de Educação, e eu tenho especial interesse em imaginar e saber, como foi a composição desse corpo docente, não é? Porque talvez você tenha sido uma das únicas pessoas com uma capacitação. Deveria ser bem difícil montar esse curso. Primeiro, pelo lado da criação de um corpo docente para a formação universitária dos professores. Como foi isso? Quando você chegou em 1973, já começou?

Autran – Já comecei a dar aula.

4. Catalogação de documentos:

Cada visita tem como objetivo pesquisar, coletar, selecionar documentos e fotografias encontradas, digitalizando e cadastrando em metadados, como este abaixo:

The image shows a screenshot of a web-based metadata form titled "Núcleo de Memória da PUC-Rio" and "Metadados dos documentos consultados no projeto". The form contains the following fields and values:

- Código:** h0012
- Título:** Informe D&A
- Autores/Criadores:** Diversos
- Assunto:** Diretório Acadêmico Adhemar Fonseca; CTC; D&A
- Descrição:** Informes do Diretório Acadêmico Adhemar Fonseca. Esses documentos fazem parte das pastas do professor Alfredo Jefferson, datadas de 1977 e 1978.
- Identificador:** (empty)
- Local:** (empty)
- Arquivo digital:** (empty)
- Arquivo digital:** (empty)
- Arquivo digital:** (empty)
- Arquivo digital:** (empty)
- Contribuidor:** (empty)
- Editor/Publicador:** (empty)
- Data da Criação:** 09/03/2009
- Data de obtenção do documento:** 6/12/2008
- Relações do documento com outros:** Com outros documentos presentes nas pastas do prof. Alfredo Jefferson
- Tipo de documento:** papel
- Formato do documento:** (empty)
- Fonte:** Acervo do prof. Alfredo Jefferson
- Idioma:** Português
- Direitos Autorais:** (empty)
- Atual depositário:** Alfredo Jefferson

At the bottom of the form, there are buttons for "Gravar", "Excluir", "Novo registro", "Procurar", and "Cadastrar Imagens". A status bar at the very bottom indicates "Registro: 233 de 262".

4.1 Produção de fichamentos e digitalização dos materiais que foram selecionados:

- Livro: Livro: Avaliação e Perspectivas ano 1982, volume VIII / Ciências Sociais e Aplicadas. Coordenação Editorial: SERPLAN/CNPq.

4.2 Seleção, digitalização, catalogação e cadastro em ficha de metadados das imagens e documentos cedidos pelos departamentos de Sociologia e Política e Educação, pelo NEAM, pela Vice-Reitoria de Desenvolvimento, pelo Decanato do CTC, pela Reitoria, pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo, pelo IAG, pelo professor Alfredo Jefferson.

4.3 Digitalização e edição de negativos e slides cedidos pela Reitoria, pelo professor Alfredo Jefferson, por Juliano Serra Barreto.

5. Outros.

5.1 Contatos com antigos membros do CUF (Centro Universitário de Fotografia) – Marcos Melo, Mário Gente, Ítalo Cariello, Luiz Brandão e Fernando Jefferson;

5.2 Contato com a professora da UFRJ Maria Paula Nascimento Araújo, a respeito de suas pesquisas relacionadas ao Movimento Estudantil durante a Ditadura Militar;

5.3 Atualização das informações sobre os departamentos de Ciências Materiais e Metalúrgicas; Sociologia e Política; Design; Psicologia; Comunicação; Direito; Engenharia Civil; Engenharia Mecânica; do Instituto de Administração e Gerência e do curso de Arquitetura.

5.4. Revisão das Cronologias das décadas de 1950 e 1960 para o *site* do *Núcleo de Memória da PUC-Rio*.

5.5 Contato com o professor Ary Jones, do Instituto de Administração e Gerência sobre o livro que escreveu.

Relatório Substantivo.

Introdução.

É função do Núcleo de Memória da PUC-Rio reunir e consolidar os registros de memória da PUC-Rio, uma vez que, antes da criação do Núcleo, a documentação estava dispersa tanto nos acervos institucionais de seus departamentos, setores e administração central quanto em acervos pessoais. Deve-se ter em mente que a noção de documento histórico está muito além dos escritos oficiais. Há também documentos visuais e físicos, como fotografias e objetos; escritos não-oficiais, como os documentos elaborados pelo corpo discente da Universidade; além de lembranças presentes na memória de indivíduos, que nem sempre chegaram a tomar a forma escrita.

O acervo do *Núcleo de Memória da PUC-Rio* está aberto para as mais variadas formas que um documento pode apresentar. Nosso trabalho como pesquisadores é buscar esses documentos e, a partir de sua análise e interpretação, fornecer elementos para a construção da memória da instituição.

O presente trabalho incorpora o Relatório Técnico, descritivo das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho constituído pelos bolsistas de PIBIC atuantes no Núcleo de Memória da PUC-Rio, presente também no Relatório da bolsista Anna Koscheck. A elaboração do Relatório Substantivo contou com uma gama de documentos escritos não-oficiais. São publicações do Diretório Central dos Estudantes (DCE) – entre 1977 e 1981 – e das chapas que concorreram para as eleições dessa representação estudantil. Como cheguei até eles? Através de entrevistas com Alfredo Jefferson de Oliveira, atual Coordenador Central de Graduação da PUC-Rio, descobri a importância dos centros de produção cultural, que existiam na Universidade na temporalidade cronológica que delimita este trabalho, dentro do Movimento Estudantil. O ex-aluno, e hoje professor, Alfredo disponibilizou os documentos armazenados por ele referentes ao tempo em que era estudante. Estes constituem suporte empírico deste texto.

A partir das informações apreendidas tanto das entrevistas com o professor Alfredo quanto das publicações do DCE e das chapas disponibilizadas por ele, saí em busca de mais dados sobre o Movimento Estudantil na PUC-Rio entre 1977 e 1981. Foram entrevistados mais dois professores – Bernardo Jefferson de Oliveira e Marcelo Gantus Jasmin – que, enquanto alunos da PUC-Rio, participaram ativamente de entidades estudantis dentro do recorte temporal indicado, e o padre João Augusto Anchieta Amazonas Mac Dowell, S.J., que, na época, era o reitor da Universidade. O segundo suporte empírico deste trabalho é constituído por essas entrevistas. O resultado de oito meses de pesquisa sobre este tema pode ser conferido ao longo do texto.

O movimento estudantil, ao longo da ditadura militar, desempenhou papel significativo nos rumos tomados pelo país. Os estudantes da PUC-Rio atuaram de maneira

relevante, e bastante particular, dentro desse movimento mais amplo que reunia jovens de todo o país.

Através da documentação cedida e pelas entrevistas realizadas, procuro, ao longo deste texto, analisar os principais aspectos que o movimento nesta universidade assumiu entre 1977 e 1981.

Antes de iniciar propriamente o texto, algumas observações merecem ser feitas. Primeiramente, o conjunto de documentos utilizado para a análise tem características peculiares. Os documentos escritos são, basicamente, propaganda de chapas e informes de DCE. O objetivo da propaganda política é óbvio: convencer o indivíduo – no caso, o estudante – a escolher determinada pessoa ou grupo – uma das chapas concorrentes – para administrar determinada instituição – o DCE ou os CAs. A natureza da documentação implica no recurso a uma retórica própria, que deve ser levada em conta na hora de interpretar esses textos. No caso de publicações do DCE, há também a necessidade de atrair o estudante para o movimento estudantil.

Documentos orais, constituídos pelas entrevistas realizadas com ex-alunos, que, de alguma maneira, participaram do movimento estudantil, e com o próprio reitor da universidade dentro do período indicado, são também fontes preciosas para o presente trabalho. Para a utilização de depoimentos orais, é necessário que haja consciência não apenas do caráter parcial da verdade que vem à tona em todo documento, mas também do particular entrecruzamento entre o tempo lembrado, o passado vivido, e o tempo da lembrança, o depoimento dado, próprio desse tipo de documentação. Não se pode esquecer que, como participantes ativos do movimento estudantil e cultural na PUC-Rio, os relatos dos depoentes estarão sempre imbuídos de paixões, dificilmente podendo ser caracterizados como imparciais, característica aliás que está presente em qualquer documentação, mas que assume, nesse caso algumas peculiaridades. É válido ressaltar que, a despeito de suas potencialidades e da valorização que os historiadores dela fazem hoje, existem segundo alguns de seus entusiastas, como o historiador francês Philippe Joutard, limites no trabalho com História Oral. Este historiador assinala que é preciso considerar, principalmente, a fragilidade da memória, o esquecimento que dela é parte constitutiva, suas deformações e sua tendência para a construção de lendas e mitos [1]. Ao analisar cautelosamente os depoimentos, pode-se perceber que alguns eventos narrados encontram-se misturados com outros nas lembranças dos entrevistados. Esses limites tornam necessária uma preparação por parte do entrevistador, que precisa organizar essas lembranças e fazê-las aparecer, estimulando a memória de seu depoente.

Por último, vale esclarecer mais um ponto: O DCE e as demais entidades estudantis têm como função representar os alunos da PUC-Rio. Mas quem eram esses alunos? Eram, em sua maioria, jovens da geração dos anos 70/80, integrantes da elite ou da classe média do Rio de Janeiro – sendo que grande parte habitava na Zona Sul da cidade. O perfil dos alunos da PUC-Rio de então não era exatamente o mesmo do seu alunado atual. Por serem universitários, tinham um grau de escolaridade maior que o da maioria dos jovens brasileiros daquele período. Por serem alunos da PUC-Rio, tinham com algumas exceções então raras, um padrão de vida que permitia o pagamento das anuidades. O padre João Augusto Mac Dowell, S.J., que se tornou reitor da PUC em 1976, em entrevista ao *Núcleo de Memória*, falou sobre o perfil social do estudante da Universidade no período de sua gestão [2]:

“Eles [os alunos da PUC], naquele tempo, sobretudo, eram pessoas bastante privilegiadas na sociedade brasileira. [...] Creio que onde em dia há uma proporção maior de alunos carentes do que naquela época”.

O conceito de geração depende, além dos aspectos sociais e temporais, de critérios etários. Estudantes universitários estão, majoritariamente, na faixa situada entre os 18 e 24 anos. Dentro deste grupo, predomina o jovem-estudante que ainda não dispõe de total autonomia, visto que é ainda sustentado pela família.

Os estudantes de uma mesma geração vivenciam de maneira semelhante os problemas de seu tempo. Apesar disso, pode-se reconhecer distinções entre eles. Segundo Lucília Lino de Paula [3]:

“A constituição de ‘unidades de geração’ se origina de uma maior intensidade de vínculo que faz com que os indivíduos de uma mesma ‘geração’ venham a formar um grupo distinto dos demais jovens”.

Essas “unidades de geração” estão presentes no movimento estudantil, uma vez que, apesar de pertencerem a uma mesma geração, a significação que cada jovem dá às experiências que vivencia não são as mesmas. Além disso, jovens que pertencem a uma mesma “unidade de geração” podem se inserir em diferentes “grupos concretos”; assim, os estudantes ativos no movimento se dividem em chapas com propostas diferentes para o Diretório Central dos Estudantes, ou optam por integrar grupos de música, de fotografia ou de cinema. Há ainda grupos de alunos que apresentam interseções, participando de chapas concorrentes para o DCE e de centros de produção cultural. Sem falar naqueles que resumem sua atividade universitária na presença a sala de aula.

Há ainda outra questão relevante ao trabalho com determinadas gerações. De acordo com a autora supracitada:

“Na Universidade há uma constante renovação do estudantado, garantida pelos vestibulares que alimentam o fluxo de novos estudantes a cada semestre, permitindo uma troca de experiência entre grupos mais e menos maduros, que vivenciaram situações e ações diferenciadas, de forma mais ou menos intensa”.

Em outras palavras, entre os estudantes, a transição entre uma geração e outra não é sentida como um corte abrupto. Há uma linha de continuidade, por mais suave que seja. Ao trabalhar com a geração dos anos 1970, por exemplo, não se pode esquecer que ela recebeu influência da geração da década de 1960 – os *anos dourados* da juventude militante e revolucionária.

Feitas essas observações iniciais, é possível passar à análise proposta.

1977 e 1978: Anos de luta pela liberdade.

Muitos documentos elaborados em 1977 enfatizam a necessidade de uma organização regional dos estudantes para o combate à ordem imposta pela ditadura. O espaço da PUC-Rio parece ter sido o local por excelência onde foram realizados encontros e debates entre estudantes de todo o Rio de Janeiro. Além disso, seus estudantes pareciam reivindicar para si a responsabilidade de orientar esta articulação. No trecho abaixo, verifica-se que havia uma consciência de que o *campus* da PUC-Rio era mais propício para a realização de manifestações e de que seus estudantes encontravam-se melhor organizados em comparação com os das demais universidades:

“Devido à falta de condições políticas a Manifestação Pública foi transferida para a PUC, onde se viu ser o melhor local pela capacidade de

mobilização e organização que os estudantes desta Universidade vêm mantendo” [4].

A primeira questão que se impõe é: O que levou os alunos – ou, pelo menos, os membros do Diretório Central dos Estudantes – a se acreditarem mais organizados e a enxergarem o espaço de sua universidade como o melhor local para a Manifestação Pública?

Ana Maria Bonjour de Paula Coutinho [5] apresenta, em sua monografia de conclusão de graduação em História, duas respostas para esta questão. A primeira delas diz respeito ao fato de que boa parte dos alunos da PUC-Rio apoiou, ao menos no primeiro momento, o Golpe de 1º de Abril de 1964. Na página 34 de sua monografia, a autora afirma:

“Na maioria das universidades brasileiras o Governo Militar suspeitava de qualquer estudante pelo simples fato de ser estudante, na PUC-Rio tinham por certo que contavam com uma forte ala de alunos conservadores”.

Na PUC-Rio, como já foi dito, estudavam jovens provenientes da elite e da classe média que apoiaram o Golpe. Entretanto, o governo militar aos poucos foi perdendo sua base civil, na medida em que ficou claro que o poder permaneceria nas mãos dos militares. Esta mudança de posicionamento se refletiu nos estudantes da PUC-Rio, e seus alunos passaram também a opor-se ao regime imposto. No decorrer de quatro anos – de 1964 a 1968 –, estudantes da PUC-Rio enveredaram por caminhos que os levaram de posições caracterizadas como de direita para organizações e posturas políticas de esquerda, até porque a noção de esquerda com que a época operava alargou-se muito. Isso não significa, é claro, que os jovens conservadores tenham passado para a esquerda radical. O que ocorreu foi que os estudantes que antes apoiavam o regime passaram para a oposição. Em 1969, havia duas chapas na disputa pelo DCE: o Comitê Contra a Farsa Eleitoral e o MRU, cuja sigla não foi decodificada. Apesar de opositoristas, suas propostas eram um tanto distintas. O Comitê reunia os estudantes da esquerda radical e conclamava uma luta violenta contra o sistema, ao passo que o MRU defendia a luta dentro dos limites impostos e era composto pelos que eram tidos como mais conservadores. O MRU recebeu a imensa maioria dos votos, o que demonstra que o setor mais conservador da PUC-Rio ainda era mais representativo.

Na década de 1970, a esquerda – ou as esquerdas, visto que a ideologia, apesar de opositorista, abrigava uma gama enorme de posições – já possuía a maior força dentre os alunos da PUC-Rio e, em 1977, era a chapa Alternativa, a mais radical dentre as concorrentes, que geria o DCE. Claramente, a mudança de geração afetou o antigo equilíbrio entre conservadores e radicais na universidade.

O segundo fator que justifica essa maior liberdade dentre os estudantes da PUC-Rio ressaltado por Ana Maria Bonjour de Paula Coutinho, está relacionado à própria administração da universidade. Diz ela:

“Por ter o respaldo de uma instituição forte como a Igreja, a PUC estabeleceu alguns critérios políticos próprios que de certa maneira lhe permitiam atuar desvencilhada do Regime Ditatorial”.

A PUC-Rio, mesmo após a Lei 5.540, implementada em 1968, manteve suas entidades estudantis em funcionamento, e estas permaneceram como representantes legítimas de seus alunos junto à instituição, ao passo que, nas demais universidades brasileiras, elas se tornaram meras associações. No texto que escreveu para a Agenda da

PUC-Rio de 2009, o professor Marcelo Jasmin, do Departamento de História, aborda exatamente este tema. Segundo ele, “[...] a PUC-Rio protegeu o movimento estudantil ao garantir o funcionamento dos seus diretórios acadêmicos em um momento em que praticamente todos os demais eram fechados pela repressão ditatorial” [6].

Isso explica o porquê de estudantes da PUC-Rio se sentirem mais organizados e acreditarem ser o espaço de sua universidade o mais adequado para os encontros regionais que visavam a reconstrução do movimento estudantil. Segue, abaixo, um trecho de uma publicação do DCE e do Diretório Acadêmico Adhemar Fonseca (DAAF), entidade representativa dos alunos da Engenharia, datado de 1978.

“Este ano na PUC, os DAs e o DCE deram um grande passo na transformação da Universidade. A PUC torna-se no Brasil uma das Universidades onde mais se discute e se debate livremente toda e qualquer decisão ligada à realidade nacional e, portanto, à universidade”. [7]

Tanto o documento acima como aquele que informa a transferência da Manifestação Pública defendem a idéia de que os alunos da PUC-Rio gozavam de maior liberdade de discussão em relação aos estudantes de outras universidades. Entretanto, o primeiro é um informe da chapa Alternativa, que esteve no DCE em 1977, e o segundo, da chapa Unidade, eleita para o ano seguinte. Isso parece mostrar que esta idéia era comum a um grande número de alunos, visto que, apesar de opositoristas, estas apresentavam linhas de atuação bastante divergentes no que diz respeito ao combate ao regime militar e à forma de organização do movimento estudantil.

O reitor da PUC-Rio naquele período, padre Mac Dowell, S.J., falando sobre a Manifestação Pública realizada no campus da universidade no início do período acadêmico de 1977, reconheceu que tal particularidade existia dentro da Universidade que administrava:

“[A manifestação] estava convocada, e vinham não só os estudantes da PUC, mas também um grande número de alunos da Federal, e talvez de outras faculdades, que iriam se reunir na PUC, porque era o único espaço mais ou menos aberto”.

Essa liberdade de discussão pode ser ainda percebida através de uma outra fonte um tanto peculiar: o acervo de documentos da Reitoria. As publicações das chapas concorrentes e do DCE que servem como base para este texto fazem parte do acervo pessoal do professor Alfredo Jefferson de Oliveira. Todavia, alguns desses documentos foram citados por Ana Maria Bonjour de Paula Coutinho, cuja fonte fora exatamente o acervo da Reitoria da PUC-Rio. Em outras palavras, essas discussões políticas que aconteciam na PUC não eram clandestinas. O Reitor da universidade tinha acesso aos seus panfletos e, ainda mais importante, houve a iniciativa de armazená-los. Se uma interpretação possível é a de que esse conhecimento e arquivamento implicava uma política de controle, também é preciso reconhecer que esse controle não se traduziu em ações de coerção da reitoria em relação ao movimento estudantil.

Em entrevista cedida ao *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, o professor do Departamento de História, Marcelo Jasmin [8], que participou ativamente no Movimento Estudantil entre 1975 e 1979, afirmou que:

“Do ponto de vista do movimento estudantil, 1977 é um ano muito importante. [...] É um período de reorganização das instituições estudantis, das entidades estudantis. [...] A PUC garantiu que continuassem abertas as entidades estudantis, mas, nas universidades federais e estaduais, elas foram

dizimadas [...]. Em 1977, você tem um movimento estudantil muito forte. E ele se localiza fortemente na PUC”.

Muitas publicações do DCE, datadas principalmente de 1977, fazem referência a encontros regionais ocorridos na PUC-Rio. Abaixo, seguem dois trechos de documentos como estes:

“A Assembléia Geral de hoje foi convocada com o objetivo de nós da PUC nos prepararmos para o Ato Público pela libertação dos trabalhadores e estudantes presos que será realizado amanhã, às 12h aqui na Universidade.

Esse Ato Público foi convocado na última Assembléia Regional Estudantil, como forma de mobilizar todos os setores do Rio de Janeiro [...]. Propomos também que se discuta na Assembléia de hoje a possibilidade de entrarmos em Greve Geral a partir de 3ª feira, às 12h, caso nossos colegas e operários continuassem em presos em São Paulo. Isso porque sabemos que a única defesa e garantia que os companheiros presos têm, é a nossa denúncia e mobilização. A greve da PUC seria uma mobilização que pesaria profundamente no sentido de libertarem esses presos” [9].

O Informe do DCE, por sua vez, destaca:

“Ontem (dia 11/08), foi realizada na PUC uma assembléia regional em função das prisões de 23 pessoas ocorridas no período de férias.

Na assembléia que contou com cerca de 1000 pessoas entre estudantes e outros setores, foi avaliada a atual situação do movimento estudantil diante dos fatos que estão ocorrendo na sociedade brasileira, particularmente no que se refere aos avanços da repressão que, desde a invasão do campus da UFMG, vem se colocando cada dia mais ofensiva” [10].

Primeiramente, deve-se destacar a crença, por parte dos estudantes da PUC-Rio, na força de sua mobilização. Acreditava-se, como se pode perceber através do primeiro dos dois documentos acima citados, que uma greve na universidade em questão pressionaria *profundamente* o governo no sentido de libertar os oito presos. Em outras palavras, segundo seus representantes, talvez um pouco otimistas, os alunos da PUC-Rio tinham consciência da força de seu movimento – não vem ao caso discutir se se tratava de mera pretensão ou se realmente sua mobilização possuía a força alegada por eles.

É possível ainda perceber que o DCE da PUC-Rio, neste momento, preocupava-se, prioritariamente, com questões que excediam os limites do seu espaço universitário. A presença de alunos de outras universidades e de membros de outros setores da sociedade civil demonstra a amplitude das questões discutidas. Existiam, é claro, questões relacionadas aos problemas que afetavam diretamente a vida acadêmica dos estudantes – como o problema do aumento das anuidades, por exemplo –, mas estas pareciam estar em segundo plano.

O trecho abaixo foi retirado de uma publicação da chapa Unidade, que concorria para o DCE entre os anos de 1977 e 1978:

“Nós achamos que a luta por LIBERDADES DEMOCRÁTICAS no Brasil é a luta que une todos os setores insatisfeitos com o regime. O MOVIMENTO ESTUDANTIL é um dos componentes importantes da oposição democrática, juntamente com diversos setores que agora manifestam firmemente sua oposição ao regime”. [11].

A análise deste fragmento demonstra que os estudantes envolvidos com política viam o Movimento Estudantil como algo inserido num movimento maior, que englobava grande parte da sociedade civil. Eram problemas de âmbito mais geral, como a prática de tortura, as prisões de estudantes e operários e a repressão à livre circulação de idéias, que preocupavam mais diretamente estes jovens.

Esses dois anos foram, principalmente, marcados pela reconstrução das entidades estudantis regionais e nacionais – UEE e UNE. O prof. Marcelo Jasmin, em seu relato para o *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, falou sobre o assunto:

“Esse foi o período de reconstrução das entidades do movimento estudantil. [...] vocês vão ver que os diretórios na UFRJ, na Rural, na UERJ... todos eles foram sendo reconstruídos aí. E também a UNE. [...] Nós fizemos a Comissão Pró-UNE, que eram diretórios que existiam em vários lugares do país que se encontravam aqui basicamente. Mas depois começamos a nos encontrar em outros lugares. [...]. E a idéia era exatamente a reconstrução da UNE”.

Em suma, os estudantes estavam engajados com questões nacionais e com a reconstrução do movimento estudantil no plano nacional. O DCE da PUC-Rio, por estar em uma instituição onde os estudantes puderam e souberam se manter organizados, assumiu a responsabilidade de agir no sentido de atuar sobre realidade brasileira e, em particular, sobre o movimento estudantil, para além dos muros da própria universidade.

Vale ressaltar que, apesar dessa relativa liberdade, os estudantes da PUC-Rio também sofreram repressão por parte da ditadura militar, embora esta tenha sido em menor escala se comparada à repressão sofrida por alunos de outras universidades. Havia agentes do governo infiltrados na PUC-Rio, apesar das tentativas, por parte da administração, de impedir sua entrada. Estudantes e professores foram presos e torturados. Seria errôneo, portanto, imaginar que os estudantes da PUC-Rio estavam melhor organizados para combater a ordem imposta porque, dentre eles, não havia razões para temer a repressão. Envolver-se com movimentos de oposição ao governo implicava sentir *medo*, e os alunos PUC-Rio não escaparam desse medo e sabiam muito bem os seus significados.

O DCE Alternativa, em vésperas de novas eleições para o Diretório Central dos Estudantes, fez um balanço do que foi realizado no período de sua administração. Abaixo, está um trecho deste documento:

“A PUC na liderança do movimento regional. A repressão investe. [...] O DCE e as entidades ganham uma representatividade enorme. Da luta contra o aumento das taxas e anuidades, até as mobilizações mais desgastadas, passando pela força das lutas do primeiro semestre, os estudantes assumiram as entidades como seus canais de representação”
[12].

Segundo os documentos analisados, apesar de focadas em questões de âmbito nacional, as entidades estudantis sentiam-se representativas dos interesses do corpo discente. Essa situação não tardará a se transformar.

Seria errôneo, entretanto, acreditar que o Movimento Estudantil da PUC-Rio ficara restrito ao plano político. A vertente cultural teve papel também significativo neste momento. O próprio movimento político, por exemplo, beneficiava-se com a produção, as atividades e as manifestações culturais. Shows eram realizados no antigo Ginásio e parte da renda era revertida para o DCE. Além disso, as atividades culturais levavam estudantes menos politizados a entrarem em contato com as questões políticas. De acordo com o

professor Alfredo Jefferson de Oliveira, que entrou na PUC-Rio como aluno de Engenharia em 1977, a Vila dos Diretórios era um espaço tanto político como cultural. Em entrevista ao *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, ele afirmou que [13]:

“A parte da rua era o DCE, o DAAF, o CAEL... Enfim, eram movimentos mais mobilizados politicamente. E a parte dos fundos era o CUF com fotografia, o Cine Olho, que estava no finalzinho, com cinema, a Art & Manha com desenho, o Musiclube com música... Todos aqueles puxadinhos ali por trás eram movimentos culturais da Vila”.

O tema relativo ao vínculo existente entre movimentos políticos e culturais foi abordado na entrevista com o professor Marcelo Jasmin. Das entrevistas com esses professores se depreende que apesar da concepção utilitarista – que certamente havia – de que atividades culturais atraem estudantes, “as massas”, ao movimento político, existia o interesse legítimo por parte dos jovens em produções artísticas. Os estudantes realmente queriam ouvir Chico Buarque, Paulinho da Viola, entre outros.

1979: Ano de profundas transformações no cenário nacional.

O ano de 1979 foi bastante significativo para a oposição ao Regime Militar. O AI-5 havia sido extinto, assim como o bipartidarismo, e o presidente general João Baptista Figueiredo foi concedendo anistias parciais que, com o tempo, praticamente esvaziaram as cadeias do país. Nomes como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes puderam retornar ao Brasil – sendo que os dois últimos vieram falar na PUC-Rio [14].

Todavia, é difícil analisar a forma pela qual a PUC-Rio se inseriu neste momento de profundas mudanças. O *Núcleo de Memória da PUC-Rio* apresenta, uma escassez de documentos referentes ao Movimento Estudantil no ano de 1979. O movimento cultural parecia estar bastante ativo, pois os folhetos anunciando mostras de fotografia e de filmes em Super-8 constituem a maior parte do acervo documental já encontrado. Este tipo de documento não aparece dentre os anos de 1977 e 1978 que localizamos. Além disso, foram anexadas a nosso acervo fotografias de algo que transformou a direção que seguiam as entidades estudantis do campus: a eleição para a diretoria da UNE. Nesse momento, os diretórios das principais universidades brasileiras, segundo o professor Marcelo Jasmin, já estavam constituídos.

O DCE da PUC-Rio em 1980/81 e a necessidade de reorientação das entidades estudantis.

O ano de 1979 foi marcado pela transformação no cenário político brasileiro. Os documentos relacionados ao DCE e às demais entidades estudantis de 1980 e 1981 revelam as conseqüências que esta mudança gerou no movimento estudantil. Enquanto, em 1977, era possível afirmar que o “*DCE e as entidades ganham uma representatividade enorme*”, em 1980 e em 1981, o discurso muda. Fala-se em falta de um movimento geral e do enfraquecimento das entidades estudantis.

Em entrevista ao *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, o ex-aluno Bernardo Jefferson de Oliveira, que ingressou em 1979 na PUC-Rio, reconhece que o DCE passava por um processo de desgaste em seu período de atuação. “*A impressão que dava*”, diz ele, “*é que já não mobilizava tanto em 1981 como tinha mobilizado em 1980, em 1980 como em 1979...*” [15].

O que levou a esta transformação? O professor Marcelo Jasmin nos deu uma resposta:

“Juliana – É engraçado que nos documentos que nós temos – jornais que as chapas e que até o próprio DCE publicavam – dá para perceber que eles pediam aos estudantes que participassem mais. Isso em 1980, 1981. Se queixavam um pouco da ausência dos estudantes, do envolvimento dos estudantes nesse movimento, como se estivesse acontecendo um ‘esvaziamento’. Então, nós pensamos que isso podia ter algo a ver com a reabertura...”

Marcelo – Eu acho que sim. Acho que, a partir de 1980, isso começa sim a acontecer. Até porque quando chega 1978/79 outras categorias que, do ponto de vista do impacto social na sociedade civil e na política, eram muito mais importantes que os estudantes começaram a se mobilizar de modo mais claro. Desde a Igreja, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, até os jornalistas, com a Associação Brasileira de Imprensa. Da OAB, que é a Ordem dos Advogados do Brasil, até [culminar?] naquela coisa extraordinária que foi de onde saiu o Lula, o nosso presidente atual, que eram aquelas greves operárias no ABC. Aquilo representava um tipo de manifestação que era muito mais grave, digamos assim, muito mais séria, de peso muito maior que a dos estudantes”.

Além disso, o professor Marcelo fala da influência do mercado de trabalho que, a partir dos anos 1980, se torna mais competitivo, o que leva os estudantes a se dedicarem mais “à coisa de trabalho”. Isso não significa, continua ele, que, de 1977 a 1979, os alunos não estivessem preocupados em fazer dinheiro; eles estavam, mas de uma forma diferente, com uma ênfase diferente. “Nós estávamos mais preocupados com a cultura, com a manifestação do pensamento, essas coisas. Fazendo muitos shows, uns atrás dos outros, aqui na PUC, mostra de fotografia, teatro...”

As próprias publicações da época demonstram que os alunos estavam conscientes de tais transformações:

“Os estudantes [...], após passarem por uma época de intensa agitação, em que eram o único setor do movimento popular a saírem às ruas por questões mais gerais (liberdades democráticas, anistia, etc.), parecem agora, após a entrada em cena do movimento operário, voltados mais aos seus problemas mais específicos [...]” [16].

O trecho acima faz parte da publicação de uma diretoria candidata ao CA (Centro Acadêmico) de História. No documento, não consta o ano em que foi elaborado, mas há indícios de que data de 1980.

As entidades estudantis, a partir dos anos 1980, tenderam a se reorientar. O “esvaziamento” dos diretórios e centros acadêmicos foi atribuído a um suposto distanciamento entre os estudantes e suas entidades representativas. Em 1981, o DCE publica que “ao longo dos últimos anos o movimento e as entidades estudantis tem cada vez menos a ver com... os estudantes!” [17]. A função era, ao invés de discutir problemas de âmbito geral, trazer o estudante para as entidades; para isso, era preciso tratar de temas que lhes interessassem diretamente. Um novo rumo era proposto ao movimento.

Em publicação daquela mesma diretoria candidata ao CA de História, encontra-se o trecho:

“Achamos que a falta de representatividade [de nossa entidade] é fruto de uma crise porque passa o ‘movimento estudantil’, e pode ser identificada pela pouca participação dos estudantes em suas entidades. [...] Desde o seu ressurgimento em 77 o movimento tem se limitado apenas a responder, quase de improviso, aos atos arbitrários praticados pela ditadura e pelas direções das universidades, ou então problemas de

resolução imediata [...] quando estes se tornam insustentáveis. [...] por quanto tempo pode o movimento sobreviver tendo sua prática limitada apenas às denúncias, que se despertam a indignação, não organizam a ação dos estudantes em defesa de seus interesses?” [18].

Passa-se a enfatizar os problemas que afetam a vida acadêmica dos estudantes. Os temas principais são: o problema do repasse das verbas para as universidades, o consequente aumento nas anuidades, a decadência do ensino, etc. As entidades esforçavam-se no sentido de se aproximarem dos alunos. Uma pesquisa foi realizada – provavelmente em 1980 – com o intuito de descobrir qual era a visão que o estudante tinha do Diretório Central dos Estudantes [19]. Neste questionário, pergunta-se, por exemplo, o que levou o aluno a votar em determinada chapa para o DCE; se o estudante acredita que o DCE pode resolver os seus problemas; o que o aluno pensa das assembleias realizadas pelo Diretório; se vê o DCE como seu porta-voz, etc. Enfim, procura-se conhecer o que os estudantes pensam a respeito de sua entidade central.

Além do desgaste do movimento propriamente político, parece que houve um desgaste também nos movimentos culturais. Segundo o DCE de 1981:

“Na PUC existem vários centros de criação que estão parados: Centro de artes cinematográficas, Musiclube, Revista Proposta, etc. [...] A falta de produção cultural na PUC é gritante; temos idéias e espaços mas as idéias permanecem guardadas e os espaços vazios”. [20].

O discurso mudou, porque os problemas com os quais lidavam os membros do DCE, e os próprios estudantes em sua vida acadêmica, já eram outros.

Conclusão.

O movimento estudantil da PUC-Rio exerceu função importante, principalmente entre os anos de 1977 e 1979. Era em seu espaço físico que se encontravam estudantes de toda a região para debater assuntos relacionados à realidade brasileira e ao movimento estudantil.

O processo de reabertura política permitiu que a sociedade civil se organizasse de outras maneiras. Surgiram - ou se reconstituíram – organizações como a Associação de Moradores, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e estouraram as greves no ABC paulista. Além disso, os diretórios das demais universidades brasileiras se reconstituíram, e com eles a UNE e a UEE. Tudo isso contribuiu para um enfraquecimento do movimento estudantil da PUC-Rio. Os estudantes começaram a se afastar de suas entidades – o que não significa que tenham deixado de combater o regime. O professor Marcelo Jasmin, por exemplo, afirma ter deixado o movimento estudantil, por volta de 1980/81, para dedicar-se à Associação dos Moradores do Rio de Janeiro por acreditar que esta era mais relevante por englobar a cidade inteira.

Este “esvaziamento”, por sua vez, fez com que as entidades da PUC-Rio se reorientassem e se voltassem para os problemas concretos e mais imediatos da vida do estudante, na tentativa de trazê-lo novamente ao movimento.

O período que vai de 1977 a 1981 é, portanto, bastante intenso. O movimento estudantil da PUC-Rio, nesses quatro anos, passa por transformações significativas, deixando de olhar prioritariamente para fora de seu campus, para voltar-se para os problemas acadêmicos que afetam mais diretamente seu corpo discente.

Referências Bibliográficas.

- [1] JOUTARD, Philippe. “Desafios à História Oral do Século XXI” IN **História Oral: Desafios para o século XXI**; ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia Maria; MORAES, Marieta de (orgs.) Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- [2] Entrevista com padre João Augusto Mac Dowell, realizada pelo *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, em maio de 2009, em Belo Horizonte.
- [3] PAULA, Lucília Augusta Lino de. “Movimento Estudantil: jovens, gerações e trajetórias” IN **O movimento estudantil na UFRural/RJ: memórias e exemplaridade**. Zaia Brandão (orientadora). Departamento de Educação da PUC-Rio. Tese de Doutorado, 2004.
- [4] Informe do DCE (1977). Disponível em: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/> ; acesso em 24 de julho de 2009.
- [5] PAULA COUTINHO, Ana Maria Bonjour de. “O Movimento Estudantil na PUC-Rio durante o Governo Militar” IN **Sob a Cruz e a Espada: A Relação do Movimento Estudantil da PUC-Rio com a Reitoria durante o Regime Militar**. Luiz Reznik (orientador). Departamento de História da PUC-Rio. Monografia de Graduação, 2004.
- [6] JASMIN, Marcelo. “Encontros e Confrontos” IN **Agenda PUC-Rio 2009**. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória da PUC-Rio, 2008.
- [7] “Introdução” IN Publicação Unidade – DAAF (1978). Disponível em: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/> ; acesso em 26 de julho de 2009.
- [8] Entrevista com Marcelo Jasmin realizada pelo *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, em 06 de junho de 2009, no Departamento de História.
- [9] DCE Alternativa propõe (1977). Disponível em: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/> ; acesso em 26 de julho de 2009.
- [10] Informe DCE (1977). Disponível em: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/> ; acesso em 26 de julho de 2009.
- [11] “A Linha Geral da Unidade” IN Publicação Unidade – DAGG (1977). Disponível em: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/> ; acesso em 26 de julho de 2009.
- [12] Manifesto resistir é preciso – acima de tudo, é possível. (1977). Disponível em: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/> ; acesso em 26 de julho de 2009.
- [13] Entrevista com o professor Alfredo Jefferson de Oliveira, realizada pelo *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, em 06 de dezembro de 2008, na Vice-Reitoria Acadêmica.
- [14] Os dados cronológicos foram tirados de **Nosso Século 1960/80**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- [15] Entrevista com o ex-aluno da PUC-Rio Bernardo Jefferson de Oliveira, realizada pelo *Núcleo de Memória da PUC-Rio*, em 22 de maio de 2009, na UFMG.
- [16] “Lamento Nacional”. Publicação de uma chapa candidata à diretoria do CA de História. Data provável: 1980. Disponível em: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/> ; acesso em 26 de julho de 2009.
- [17] Essa Coisa Toda: DCE PUC. (1981). Disponível em: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/> ; acesso em 26 de julho de 2009.
- [18] “Por uma chapa ampla de reconstrução”. Publicação de uma chapa candidata à diretoria do CA de História. Data provável: 1980. Disponível em: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/> ; acesso em 26 de julho de 2009.

- [19] Pesquisa – A visão que o estudante da PUC/RJ tem do DCE (Diretório Central dos Estudantes) como representação estudantil. Data provável: 1980. Disponível em: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/> ; acesso em 26 de julho de 2009.
- [20] Essa Coisa Toda: DCE PUC. (1981). Disponível em: <http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/> ; acesso em 26 de julho de 2009.